



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Trabalho
Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região

Seleção para Estagiário - 2007-3 - 10/novembro

Caro(a) candidato(a):

Instruções:

- Cada questão objetiva valerá 1,5 (um e meio) ponto e a dissertação 25 (vinte e cinco) pontos, totalizando 70 (setenta) pontos;
- A prova oral valerá 30 pontos;
- Só farão a prova oral os candidatos que obtiverem, em número inteiro, mais de 50% em cada parte da prova escrita, ou seja, 23 (vinte e três) pontos na objetiva e 13 (treze) pontos na subjetiva;
- O resultado da 1ª prova será divulgado no dia 14/11/2007;
- Consideram-se aprovados os candidatos que obtiverem mais de 50% das provas escrita e oral, ou seja, 51 (cinquenta e um) pontos, sendo 36 (trinta e seis) na prova escrita e 15 (quinze) na oral;
- O resultado final será divulgado no dia 23/11/2007.

Orientações:

- As respostas deverão ser formuladas em caneta, com tinta na cor azul ou preta. As respostas a lápis simplesmente serão desconsideradas;
- Não será permitida qualquer consulta à legislação, doutrina e jurisprudência;
- Não borre as folhas de respostas;
- Desligue o celular ou qualquer outro aparelho eletrônico;
- Observe o que se pede e responda. Na questão dissertativa, serão considerados os aspectos gramaticais, ortográficos e domínio da língua portuguesa, além do natural fundamento jurídico. A intelecção da questão faz parte do próprio certame;
- Duração da prova: 04 horas.

Direito Constitucional

01. Estabelece o art. 5º da Constituição Federal: “§ 3º. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. Sobre este dispositivo, assinale a **incorreta**:

- a) há uma previsão, mesmo que velada, de bloco de constitucionalidade;
- b) os tratados e as convenções internacionais que não versarem matéria de direitos humanos não equivalem às emendas constitucionais;
- c) os direitos humanos não podem ser objeto de emenda constitucional;
- d) os tratados internacionais sobre direitos humanos podem não ter a mesma hierarquia das emendas constitucionais.

02. Sobre a greve no serviço público, pode-se afirmar:

- a) será regulamentada por lei complementar;
- b) será regulamentada por lei específica, mas o STF determinou a aplicação, no que couber, das regras da lei que rege a greve no setor privado (Lei nº 7.783/89), encontrando-se em mora o legislativo;
- c) é aplicável ao funcionalismo a lei de greve do setor privado, indistintamente;
- d) descabe ajuizamento de mandado de injunção para a regulamentação da greve do funcionalismo público.

03. A contratação de servidor público (assinale a **correta**):

- a) depende de prévio concurso público, sob pena de nulidade, não cabendo nenhum título trabalhista ao servidor contratado ilegalmente;
- b) a autoridade pública que contratar irregularmente será punida e responderá civilmente pelo ato, desde que comprovada sua má-fé, o dano ao erário e a Justiça do Trabalho assim o determine;
- c) a contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS;
- d) as contratações temporárias dispensam qualquer forma de seleção para arregimentação de pessoal.

04. É **incorreta** a afirmativa, sobre direitos e garantias fundamentais, estabelecidos na CF/88:

- a) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, sendo vedada a prova ilícita, salvo para beneficiar o réu de qualquer ação judicial;
- b) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;
- c) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;
- d) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

05. Segundo o texto constitucional, quanto aos direitos dos presos, está **incorreta**:

- a) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;
- b) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;
- c) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;
- d) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança, salvo nos casos de flagrante.

Direito do Trabalho

06. A noção do princípio da primazia da realidade melhor se expressa no enunciado:

- a) em matéria trabalhista há de primar sempre a verdade dos fatos sobre os acordos formais, sendo errôneo pretender julgar a natureza de uma relação de acordo com o que as partes tenham pactuado, uma vez que as estipulações consignadas não correspondem à realidade, carecendo, assim, de valor jurídico;
- b) a impossibilidade jurídica de privar-se voluntariamente de uma ou mais vantagens concedidas pelo direito trabalhista em benefício próprio;
- c) em matéria trabalhista há de primar sempre a verdade dos acordos formais sobre os fatos, sendo certo pretender julgar a natureza de uma relação de acordo com o que as partes tenham pactuado, uma vez que as estipulações

consignadas correspondem de fato à realidade, imprimindo, assim, validade jurídica ao negócio;

- d) na noção de proteção do Direito do Trabalho não basta o contrato, mas requer-se a prestação efetiva da tarefa, com subordinação, a qual determina aquela proteção, ainda que o contrato seja nulo, inexistente ou proibido.

07. Anote a opção **correta** no plano da coerência e da lógica da jurisprudência:

- a) as anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado geram presunção "juris et de jure", mas não "juris tantum";
- b) o pagamento dos salários atrasados em audiência ilide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho. percepção de salário em caso de falência ou recuperação judicial;
- c) a cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.
- d) as faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.

08. Indique a parcela que não possui natureza salarial:

- a) férias;
- b) comissões;
- c) vale-transporte;
- d) aviso prévio;

09. Assinale as ações que estão **vedadas** no ordenamento legal:

I - publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir;

II - recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível;

III - considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;

IV - exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.

- a) I e II;
- b) II, III e IV;
- c) todas;
- d) nenhuma opção.

10. Ao aplicar a Lei Maria da Penha (11.340/2006) o Juiz assegurará à mulher trabalhadora em situação de

violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a seguinte medida:

- a) o acesso prioritário à remoção quando servidora pública municipal;
- b) a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho por até seis meses;
- c) a garantia de emprego quando a ameaça for de algum parente, na condição de empregador;
- d) a indenização dobrada, danos materiais e morais, quando a ameaça for de seu marido, na condição de empregador.

Direito Administrativo

11. A Administração Pública, como tal prevista na Constituição Federal (art. 37) e na legislação pertinente, além dos órgãos estatais e de diversos tipos de entidades abrange, também:

- a) as concessionárias de serviço público em geral
- b) as universidades federais que são fundações públicas
- c) as organizações sindicais
- d) os partidos políticos

12. Quando a valoração da conveniência e oportunidade fica ao alvedrio da Administração, para decidir sobre a prática de determinado ato, isto consubstancia na sua essência:

- a) o mérito administrativo
- b) a sua motivação
- c) a sua executoriedade
- d) o poder vinculado

13. Considerando o tema administração direta e indireta é **correto** afirmar que:

I - As autarquias podem ser definidas como pessoa jurídica de direito público de capacidade exclusivamente administrativa.

II - As autarquias são criadas por lei e podem ser extintas por ato administrativo.

III - As autarquias não estão sujeitas ao controle do Tribunal de Contas.

IV - A responsabilidade civil do Estado em relação às autarquias é solidária.

- a) A alternativa I está correta.
- b) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- c) As alternativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

14. Tratando-se de Administração Pública Descentralizada ou Indireta, assinale a afirmativa **falsa**.

- a) A qualificação como agência executiva pode recair tanto sobre entidade autárquica quanto fundacional, integrante da Administração Pública.
 - b) Conforme a norma constitucional, a empresa pública exploradora de atividade econômica terá um tratamento diferenciado quanto às regras de licitação.
 - c) Admite-se, na esfera federal, uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, com um único sócio.
 - d) As entidades qualificadas como Organizações Sociais, pela União Federal, passam a integrar, para efeitos de supervisão, a Administração Pública Descentralizada.
15. A remoção de ofício de servidor público como punição por algum ato por ele praticado caracteriza vício quanto ao seguinte elemento do ato administrativo:
- a) motivo
 - b) forma
 - c) finalidade
 - d) objeto
- a) o cárcere privado ou público;
 - b) a prisão ilegal por excesso de prazo;
 - c) a prisão por queixa ou denúncia falsa ou de má-fé;
 - d) a prisão abusiva decretada pelo Ministério Público.
19. Assinale a resposta **incorreta**:
- a) o mandato pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito;
 - b) a aceitação do mandato pode ser tácita e resulta do começo da execução;
 - c) o mandato em termos gerais só confere poderes de administração;
 - d) a procuração é o instrumento do mandato.
20. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites:
- a) da função política do contrato;
 - b) da função jurídica do contrato;
 - c) do socialmente convencionado;
 - d) todas estão erradas.

Direito Civil

16. Assinale a resposta que esteja de acordo com a prescrição legal:
- a) reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo o contrato em que se baseou o negócio;
 - b) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência;
 - c) as correções de texto de lei já em vigor consideram-se lei atualizada;
 - d) a lei atenderá às exigências econômicas e sociais.
17. Sobre o dano moral oriundo da relação de trabalho, é **certo** registrar:
- a) sujeita-se à prescrição constitucional de dois anos, de acordo a jurisprudência recente do TST;
 - b) sujeita-se à prescrição de três anos de acordo com a jurisprudência dominante do STF;
 - c) é questão de natureza civil estranha às relações de trabalho, não sujeita à prescrição trabalhista;
 - d) o dano moral sempre gera um benefício de natureza previdenciária.
18. De acordo com o Código Civil, consideram-se ofensivos à liberdade pessoal para fins de indenização:

Direito Processual Civil

21. É **correta** a afirmativa, no Processo Civil brasileiro:
- a) a antecipação de tutela admite execução provisória, inclusive mediante levantamento de dinheiro, independentemente de caução, quando o crédito for de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de 60 vezes o valor do salário mínimo e desde que o exequente demonstre situação de necessidade;
 - b) a tutela antecipada pode consistir em obrigação de fazer, de não fazer, de pagar ou deixar de pagar, mas sempre condicionada à ouvida da parte contra a qual é pedida;
 - c) não é possível, em antecipação de tutela, haver satisfatividade;
 - d) descabe pedido de antecipação de tutela contra interesses de menores.
22. São causas de extinção do processo sem resolução de mérito:
- a) ausência de pressupostos processuais e decretação de prescrição;
 - b) reconhecimento de caducidade pelo juiz;
 - c) ausência de pressupostos processuais e de condições da ação;
 - d) decretação de prescrição, após a contestação, desde que o magistrado o faça de ofício.

23. Deve o réu, antes de atacar o mérito, na contestação, alegar, dentre outras matérias e nulidades:
- incompetência do juízo, qualquer que seja ela;
 - inépcia da petição inicial e impedimento do magistrado;
 - exceção de suspeição do juiz;
 - carência de ação e convenção de arbitragem.
24. Sobre a revelia, é **incorreto** afirmar:
- o revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar;
 - os efeitos da confissão ficta não alcançam a Administração Pública direta, por literal disposição legal;
 - contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório;
 - se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, embora o juiz deva observar as provas porventura já produzidas.
25. Segundo o CPC, não dependem de prova os fatos:
- notórios, assim considerados os que sejam de conhecimento das partes litigantes;
 - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, mesmo que absolutamente incapaz;
 - admitidos, no processo, como incontroversos;
 - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade, salvo para beneficiar interesses coletivos, em ações ajuizadas para cobrar dívidas e responsabilidades sociais.
- d) o contador da empresa pode ser preposto, mesmo quando não possua vínculo de emprego com a Reclamada, independentemente do porte desta.
27. Sobre ação rescisória, no Processo do Trabalho, é **correto** dizer:
- é cabível, nas hipóteses estabelecidas no CPC, dispensado, porém, o depósito prévio;
 - é necessário que o autor da ação rescisória realize depósito prévio no importe de 20% do valor da causa;
 - é necessário que o autor da ação rescisória realize depósito prévio no importe de 5% do valor da causa;
 - só é cabível ação rescisória no Processo do Trabalho para beneficiar o trabalhador, salvo quando a Reclamada originária for a Fazenda Pública.
28. É **incorreta** a afirmativa, a propósito do rito sumaríssimo, no Processo do Trabalho:
- não é cabível reconvenção, mas se admite o pedido contraposto;
 - não é aplicável à Fazenda Pública direta, autárquica ou fundacional;
 - não admite a citação por edital;
 - o pedido há de ser líqüido, devendo o juiz proferir sentença líqüida em audiência, dispensado o relatório.
29. Está **incorreta** a afirmativa, a respeito dos pressupostos recursais:
- os pressupostos *intrínsecos* se referem à decisão recorrida em si mesma considerada. Em sua aferição, considera-se o conteúdo e a forma da decisão impugnada. Desta sorte, ao ser proferido o juízo de admissibilidade, toma-se o ato judicial impugnado no momento e da maneira como foi prolatado. São eles: cabimento do apelo, legitimação para recorrer e interesse em recorrer;
 - Os pressupostos *extrínsecos* pertinem aos fatores externos à decisão judicial da qual se recorre, sendo, em regra, posteriores a ela. Neste sentido, para serem aferidos não são relevantes os dados que compõem o conteúdo da decisão recorrida, mas sim fatos a esta supervenientes. Deles fazem parte a *tempestividade*, a *regularidade formal*, a *inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer e o preparo*;
 - Os pressupostos *genéricos* são os comuns a todos os tipos de recurso. Diz-se recursos extraordinários aqueles que se satisfazem, para serem admitidos, simplesmente com esta categoria de pressupostos. No Processo do Trabalho, são exemplos de recursos extraordinários: Agravo de Petição, Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST;

Direito Processual do Trabalho

26. Assinale a alternativa **incorreta** sobre preposto, no Processo do Trabalho:
- são seus requisitos gerais: conhecimento dos fatos, ser empregado da empresa e apresentar-se munido de carta de preposição;
 - excepcionalmente, o requisito do vínculo empregatício pode ser dispensado, valendo citar os casos de relação de emprego doméstico e de empresas de pequeno porte;
 - o conhecimento dos fatos pode ocorrer diretamente pelo preposto ou através de consulta, por ele, de documentos da empresa ou, ainda, por meio de informações de terceiros, prestadas a ele;

- d) A tempestividade é um pressuposto recursal objetivo genérico, que, no Processo do Trabalho, em regra é de oito dias, sendo este prazo computado em dobro para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional e empresa pública.
30. A propósito da defesa, no Processo do Trabalho, está **verdadeira** a alínea:
- a) as *preliminares*, se acatadas, ocasionam a extinção do processo sem resolução de mérito. Por afetarem o mérito propriamente dito, o acolhimento das *prejudiciais* leva ao julgamento do processo com julgamento de mérito, embora não possam ser atacadas pela via recursal;
 - b) as exceções constituem modalidade de defesa contra o processo, devendo ser apresentadas em petição separada da contestação, logo após as razões finais;
 - c) a defesa deverá ser específica, considerando que o pedido da petição trabalhista há de ser líquido, salvo nas obrigações de fazer;
 - d) a Fazenda Pública goza do prazo em quádruplo para se defender e em dobro recorrer. Porém, não poderá fazer uso da defesa oral, em razão do princípio de que os atos da Administração Pública não podem ser verbais.

